

Jornal *Fêmea*

Impresso
Especial

555/2001-ECT/BSB
CFEMEA

---CORREIOS---



CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Ano XIII – Nº 144 – Brasília/DF

Maio/2005

Os direitos das mulheres e o orçamento público: o desafio de tornar reais as nossas conquistas

Nesta edição especial sobre orçamento, o Jornal Fêmea dirige seu foco às questões do Orçamento Público, assunto de extrema relevância para a efetividade dos direitos das mulheres. Há dez anos, o CFEMEA trabalha o tema. Um dos objetivos do Centro é que os movimentos feminista e de mulheres se apropriem das discussões de orçamento para fortalecer ainda mais as análises, críticas e argumentações em relação aos direitos das mulheres, já conquistados, que não saem (ou saem muito pouco) do papel.

Uma das análises desenvolvidas pelo CFEMEA é justamente o Orçamento Mulher. Nesse trabalho são selecionados os programas do Orçamento da União que dizem respeito às vidas das mulheres brasileiras. Destacamos as áreas de: saúde; direitos humanos; proteção social; educação e cultura; gestão; trabalho e emprego e renda; previdência; e outros três programas que promovem alteração no cotidiano das mulheres (Habitação de Interesse Social; Saneamento Rural e Saneamento Ambiental Urbano; Proteção Social à Criança, ao Adolescente e à Juventude).

Esta edição traz às/aos leitor@s do Fêmea, além da análise do Orçamento Mulher de 2004 e 2005 (até maio), uma análise do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, na qual é feita a abordagem da importância de estar atent@ aos gastos públicos. As implicações do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para o enfrentamento das desigualdades sociais de gênero e raça também estão expostas num texto analítico sobre o PLDO 2006.

Por que estamos de olho nas políticas
e nos gastos públicos?

PÁGINAS 2 E 3

O Projeto de Lei e Diretrizes Orçamentárias e o
enfrentamento das desigualdades de gênero e raça

PÁGINAS 4 E 5



Por que estamos de olho nas políticas e nos gastos públicos?

Uma parte relevante da possibilidade de efetivação dos nossos direitos, como direitos universais, depende de que o Estado cumpra o seu papel no desenvolvimento de políticas públicas que respondam a estes direitos. Estamos falando do direito de todas e de cada uma das pessoas, e não daqueles a que uma parte da população tem acesso e outra não, seja porque é pobre, ou porque é mulher, ou negra, ou por qualquer outro motivo. Porque, por princípio, o direito é de todos e todas, senão, é privilégio.

Se a saúde está consagrada constitucionalmente como direito de tod@s e dever do Estado, assim como a educação, a proteção contra todas as formas de violência, a garantia de um salário mínimo que atenda às

necessidades vitais básicas d@ trabalhador/a e sua família (moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social) entre tantos outros direitos, é necessário que as políticas, assim como os recursos públicos, estejam orientados a responder a estes direitos.

Para assegurar a tod@s o efetivo exercício dos seus direitos, na sociedade brasileira, que amarga os mais altos graus de desigualdade do planeta – herança viva do passado colonial, escravocrata e patriarcal – é preciso que o Estado reúna recursos e promova a sua redistribuição, enfrentando as desigualdades de gênero, raça e classe. É fundamental orientar as políticas públicas como um todo – econômicas e sociais – para eliminar as bases das desigualdades e

Nota: Neste Jornal, usamos o símbolo @ para o masculino e feminino, quando falamos dos dois sexos.
Exemplo: filh@ significa filha mulher ou filho homem.



SCS, Quadra 2, Bloco C, Sala 602,
Ed. Goiás – 70317-900 – Brasília-DF,
Telefax: 55+(61) 3224-1791

Endereço eletrônico:
imprensa@cfemea.org.br

Sítio:
<http://www.cfemea.org.br>

Conselho Deliberativo:
Iáris Ramalho Cortês, Leila Linhares,
Maria Aparecida Schumacher, Maria
José Rosado e **integrantes do**
Colegiado Diretor: Almira Correia
de C. Rodrigues, Guacira César de
Oliveira e Malô Simões Lopes.

Conselho Consultivo:
Albertina Costa, Carmem Campos,
Clair Castilhos, Fátima Oliveira, Heleith
Saffioti, Jacira Melo, Jacqueline
Pitanguy, Leilah Borges Costa, Mara
Régia, Marcelo Lavenere, Margaret
Arihã, Maria Amélia Teles, Maria
Bethânia Melo Ávila, Nair Goulart,
Saleta Maccaloz, Sônia Correa
e Sueli Carneiro.

Comitê de Especialistas:
Álvaro Vilaça, Comba Porto,
Delaíne Martins, Edna Roland,
Ella Wieko, Éster Kosovski, Gilberto
Soares, Hildete Pereira, Paola
Cappellin e Sílvia Pimentel.

Conselho Fiscal:
Cristina Araújo, Elisabeth
Barreiros, Maria Zulene Farias Timbó
e Tereza Montenegro.

Demais integrantes da equipe:
Adriano Fernandez Cavalcante,
Ângela Alves, Camilla Valadares,
Catherine Braga Monteiro, Cláudia
Almeida Teixeira, Elizabeth Saar,
Francisco Rodrigues, Giane Boselli,
Gilda Cabral, Glaci do Carmo
Bren, Iáris Ramalho Cortês, Juliano
Alessander Lopes Barbosa,
Kauara Rodrigues Dias Ferreira,
Mirla de Oliveira Maciel, Myllena
Calasans de Matos, Natalia Mori,
Rafael Moreira Soares.

Consultoria:
Célia Vieira

Conselho de Parlamentares do
Programa DIREITOS DA
MULHER NA LEI E NA VIDA:
Deputadas Jandira Feghali, Iara
Bernardi, Laura Carneiro, Luci
Choinacki, Yeda Crucius e Zulaiê
Cobra. Deputados Alceu Colares,
Fernando Gabeira, João Grandão e
Roberto Freire. Senadora Maria do
Carmo Alves. Senador
Paulo Paim.

Jornalista Responsável:
Camilla Valadares – JP3014/DF

Apoio:
Henrich Böel Stiftung (HBS) /
UNIFEM / DFD

Tragem:
13.000 exemplares.

Editoração Eletrônica:
Quiz Design Gráfico
(Eduardo Meneses)

Impressão:
Gráfica Positiva

os mecanismos que produzem a pobreza, a exclusão e a subordinação, bem como para promover a cidadania como sujeito e beneficiária do desenvolvimento humano.

As políticas específicas ou setoriais, até agora, têm se mostrado ineficientes na busca da igualdade, porque não incorporam o caráter estrutural das relações de gênero, raça e classe na produção das desigualdades. Os diferenciais sócio-econômicos que separam mulheres de homens têm avançado a passos lentos, e no que se refere à separação entre população branca e negra os resultados são infinitamente mais tímidos. Quando se enfoca o problema na sua multidimensionalidade, o quadro é ainda mais drástico, revelando o abismo que aparta a situação vivida pelas mulheres negras das dos homens brancos.

Neste sentido, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), apresentado pelo Governo Federal no final de 2004, embora tenha o mérito de, pela primeira vez, integrar as várias ações governamentais para a igualdade de gênero, ainda é insuficiente. A diretriz do Plano que orienta à transversalização das questões de gênero em todas as políticas públicas, ainda carece de ferramentas essenciais para desenvolver, monitorar e avaliar as ações governamentais na perspectiva de superação das desigualdades. Hoje, a ação do governo é desenvolvida, em sua quase totalidade, sem conhecer ou problematizar os impactos que elas produzem sobre as iniquidades de gênero. E o mesmo se pode dizer sobre a questão racial. Dos 369 programas e ações governamentais, somente 23 são específicos para as mulheres ou têm um enfoque de gênero, ou seja, menos de 7%.

Ademais, embora o PNPM esteja alicerçado em pressupostos e diretrizes democráticas, firmadas na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, as metas e ações concretas que se erguem sob esta base são estreitas. Isto se deve, também, ao papel reduzido que o Estado decidiu assumir na promoção da igualdade e do bem-estar, além de terem que enfrentar as resistências de estruturas fortemente setorializadas de desenvolvimento das políticas públicas.

O ajuste fiscal e a manutenção das altas taxas de juros são prioridades econômicas que estão definidas em si mesmas, livre dos princípios democráticos de igualdade, solidariedade, respeito à diversidade e justiça social.

As críticas feministas ao divórcio que se produz entre a política econômica e a política social – a primeira estando

a serviço das dinâmicas de mercado e a segunda, com o que sobra, respondendo às necessidades sociais – têm orientado a formulação de novas propostas capazes de promover a equidade. A partir de tais críticas, estão sendo elaborados parâmetros e variáveis de gênero e étnico-raciais que revelam as proporções inversas que orientam, de um lado a arrecadação e mobilização de recursos para a receita pública, e de outro, a conversão destes recursos na garantia de bem-estar.

Essas análises vêm denunciando como as políticas macroeconômicas têm lançado mão das relações hierárquicas de gênero e raça para potencializar resultados em termos de gasto, receita e endividamento público, no marco do ajuste fiscal. Afinal, se os recursos tomados das políticas de bem-estar social, para realizar o ajuste, precarizam os serviços de saúde e tornam reduzida a oferta de vagas na educação infantil (apenas para citar dois exemplos), essas mesmas responsabilidades são transferidas, na forma de sobrecarga, do Estado para a esfera doméstica, recaindo, sobretudo, nos ombros das mulheres, e notadamente das mulheres negras que, por estarem nos estratos mais pobres da população, não têm como adquirir, no mercado, os serviços de creche privada ou de planos de saúde.

As críticas do feminismo também vêm dando visibilidade à contribuição das mulheres para o bem comum, forçando o reconhecimento e valorização do trabalho não remunerado das mulheres, no âmbito doméstico e da comunidade. Os instrumentos criados a partir de tais análises servem à denúncia, tanto quanto à adoção de medidas para enfrentar as assimetrias. Se as relações assimétricas de gênero, assim como as de raça, têm sido elementos fundamentais à exploração do trabalho e à concentração da riqueza, a equidade de gênero e étnico-racial têm de ser um elemento central da agenda de transformação social. E isto demanda transformações culturais profundas, tanto na vida privada, quanto na esfera pública.

Entendendo a dinâmica do Orçamento Público, incidindo sobre os processos de arrecadação e distribuição dos recursos públicos, desde uma perspectiva feminista de transformação social, aspira-se responder à emergência de garantir já o financiamento de políticas públicas para as mulheres sem, entretanto, perder de vista a estratégia e o objetivo de construir uma outra economia, outra sociedade, outra política, onde a dignidade e os direitos humanos prevaleçam.



Implicações do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2006 para o Enfrentamento das Desigualdades Sociais, de Gênero e Raciais.

Célia Vieira*

O Congresso Nacional está discutindo a proposta do governo de diretrizes orçamentárias para 2006, o chamado Projeto de LDO. Sabe quais são as implicações da LDO na sua vida? É bom que saiba, porque cada um e cada uma de nós tem tudo a ver com isto. O projeto que está em discussão dificultará em grande medida o cumprimento dos compromissos assumidos pelo atual governo, de enfrentamento das desigualdades sociais, de gênero e raça.

É na LDO que a meta de Superávit Primário ganha força de lei. No projeto para 2006, a meta está mantida em 4,25% do Produto Interno Bruto. O que significa dizer que o governo já decidiu que vai tirar da economia privada (na forma de impostos ou tributos, que são a receita do governo) mais do que vai injetar nela (na forma dos gastos do governo). Traduzindo em miúdos, isto quer dizer que a carga tributária vai continuar alta e que o governo vai diminuir os gastos naquilo que é nosso direito de cidadania e dever do Poder Público assegurar.

Essa política de geração de Superávit Primário faz parte de um modelo econômico que vem prevalecendo desde o governo Collor, cujas conseqüências têm sido nefastas para grande parte da população. O rendimento real médio da população assalariada vem caindo sem parar. No período de 1995 a 2004 a queda foi de 21%, enquanto a taxa média mensal de desemprego elevou-se de 13,16% para 18,82%, segundo pesquisa Seade/Dieese/PED. A remuneração total das trabalhadoras, como proporção do PIB, segundo o IBGE, também sofreu queda de 7% nessa década.

Mais preocupante ainda é que nos últimos anos esta meta de Superávit tem servido como piso. Em 2004, por exemplo, o Superávit Primário realizado foi de 4,61%. Depois de algumas negociações com organismos financeiros internacionais, o máximo a que o governo brasileiro chegou foi à salvaguarda de alguns investimentos públicos, que foram excluídos do critério de cálculo do Superávit. É o chamado Projeto Piloto, que em 2006 deverá ser de R\$ 3 bilhões.

O custo social desta política econômica já é um velho conhecido. Mas é importante que se saiba que a contenção dos gastos é ainda maior sobre as políticas que não estão protegidas por vinculações constitucionais ou obrigações legais, como é o caso das áreas de saúde e educação.

Aliás, o questionamento desta "proteção" a algumas áreas e ações sociais tem sido colocado, mais uma vez, na ordem do dia pelo governo, seja através de discursos de dirigentes da área econômica, seja através da inserção no PLDO/2006 em seu art. 97.

Uma das práticas que possibilitam o alcance destes resultados é o contingenciamento de dotações, e neste aspecto o PLDO/2006 reduziu as ações não sujeitas ao contingenciamento e não apresentou critérios transparentes para os eventuais cortes e para a recomposição do montante, inicialmente previsto, das despesas, quando houver o restabelecimento da receita prevista.

O dispositivo alardeado pelo governo, que viria demonstrar a intenção de não aumentar os impostos, não encontra respaldo no projeto encaminhado. O PLDO/2006

O QUE É A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A Constituição Federal prevê três instrumentos no processo orçamentário: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

As três Leis funcionam como uma espécie de trajeto, um caminho entre planejamento e orçamento. Estabelece-se genericamente o planejamento a médio prazo, por meio da criação de ações e programas do governo no PPA, que tem duração de quatro anos. Para a materialização e realização dos projetos e ações dispostos no PPA temos a LOA.

Agindo como elo entre esses dois dispositivos, existe a LDO, que destaca do PPA as ações prioritárias que deverão compor a Lei Orçamentária para o próximo exercício.

A LDO deve orientar a elaboração da Lei Orçamentária para o ano seguinte, além de trazer um conjunto de regras sobre execução orçamentária e financeira, inclusive sobre as condições para as transferências que o governo pode ou não fazer para entidades públicas e privadas.

É nessa Lei que fica estabelecida a política de reajuste dos servidores públicos e do salário mínimo, e também como os bancos públicos de desenvolvimento devem aplicar seus recursos, além de tratar sobre as alterações na legislação tributária.

Outra função de extrema importância é o estabelecimento de metas de receita e despesa, traçando um panorama sobre a expectativa de seu comportamento no curto e médio prazo, para dar transparência à gestão dos recursos públicos.

estabelece teto de 16% do PIB para a estimativa de receitas decorrentes da arrecadação dos tributos federais no Projeto e na Lei Orçamentária e não para a arrecadação das receitas propriamente ditas. Não há nenhum dispositivo que obrigue a redução da carga tributária toda vez que o limite for ultrapassado e também não se apresenta o destino da arrecadação excedente a este limite. O principal receio é o uso destes recursos na ampliação do Superávit Primário.

As políticas sociais de caráter não obrigatório, que em grande parte estão definidas como despesas correntes primárias, devem sofrer um forte impacto com o estabelecimento do limite de 17% do PIB para as despesas correntes primárias. Estão incluídas aí despesas obrigatórias como os gastos com previdência, pessoal, assistência, que estão entre as que mais cresceram, e outras como o custeio da máquina administrativa. Mas, também, estão incluídas em grande medida as despesas relativas aos programas nas áreas de direitos humanos, alguns programas na geração de emprego e renda, enfrentamento das desigualdades de raça e gênero e de proteção da criança e do adolescente, entre outros.

O percentual previsto está abaixo do estimado na Lei Orçamentária para 2005, que é de 17,5% do PIB, e no Decreto, 17,1% do PIB (foram contingenciados R\$ 6,8 bilhões), cuja expectativa é de crescimento no decorrer da realização. De 2001 a 2005, este percentual só foi menor que 17% em 2003, atingindo 16,83%.¹

Isso significa que para cumprir este teto, as políticas sociais de caráter não obrigatório deverão sofrer cortes ainda mais rigorosos.

Coincidentemente estas mesmas políticas estão ausentes do anexo de prioridades e metas da PLDO 2006. O anexo apresentou mudança em sua formatação, vinculando prioridades/metades síntese aos desafios definidos no PPA 2004/2007. Foram priorizados 16 dos 33 desafios previstos. Mas, perdeu em transparência ao não vincular os desafios aos programas, principal elo entre o PPA e a Lei Orçamentária. Da análise dos desafios priorizados, ressurte-se a ausência de alguns como:

“8. Promover a redução das desigualdades raciais, com ênfase na valorização cultural das etnias;

9. Promover a redução das desigualdades de gênero, com ênfase na valorização das diferentes identidades;

25. Fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade das relações humanas.”

Ao decidir não priorizar o enfrentamento das desigualdades de gênero e raciais no Brasil, o governo abre mão de enfrentar injustiças históricas e problemas estruturantes da pobreza em nosso País. De modo que, mesmo tendo criado, pela primeira vez, duas secretarias especiais, no primeiro escalão, para transversalizar a perspectiva de gênero e étnico-racial em todas as políticas públicas, a diretriz do atual governo para o ajuste fiscal afronta qualquer esforço para superar as desigualdades.

A complexidade do problema das desigualdades no Brasil e a necessidade de enfrentá-lo em suas várias dimensões ficam evidentes quando se analisam os dados

desagregados sobre salários por raça e gênero. Em 1993, @s branc@s ganhavam em média 3,6 salários mínimos, e @s negr@s, 1,7 salário – uma diferença de 111,7%. Dez anos depois, em 2003, os resultados haviam mudado pouco: @s branc@s ganhavam em média 3,9 salários mínimos e os negr@s, 1,93. A diferença da média salarial de branc@s e negr@s passava, então, para 102%, a despeito de todos os esforços empreendidos pel@s afrodescendentes na área da educação: neste período, @s negr@s elevaram de 4,5 para 6 anos a sua média de anos de estudo, sem obter, entretanto, benefícios proporcionais a tais investimentos (IBGE, PNAD 1994 e PNAD 2004).

A análise interseccional das dimensões de gênero e raça sobre os mesmos dados revela que, na média, as trabalhadoras recebem a metade dos salários dos homens; que a renda das mulheres brancas é duas vezes a da mulher negra; e que os trabalhadores brancos ganham 3,8 vezes o salário das trabalhadoras negras (IBGE, PNAD 2004).

Ao se analisar as prioridades/metades vinculadas aos desafios selecionados a frustração não é menor. As prioridades/metades apresentadas são de modo geral muito limitadas como resposta aos desafios apresentados e por vezes assumem um caráter muito genérico. O desafio “Reduzir a vulnerabilidade das crianças e de adolescentes em relação a todas as formas de violência, aprimorando os mecanismos de efetivação dos seus direitos sociais e culturais” apresenta apenas duas prioridades/metades, que não abarcam o desafio proposto: “Atender 323.400 estudantes do Ensino Fundamental e Médio em Práticas Desportivas” e “Atender 1,0 milhão de Crianças e Adolescentes Retiradas do Trabalho Infantil”. Ou seja, não são prioridade: o combate ao abuso e a exploração de crianças e adolescentes e a proteção social à infância, adolescência e juventude.

A política de lenta recuperação do salário mínimo definida para este ano é outro ponto de destaque do PLDO 2006. Fica mantido o aumento real do salário-mínimo em percentual equivalente ao crescimento real do PIB per capita em 2005, muito aquém da promessa de campanha do atual governo, que estabelecia como meta dobrar o valor real do salário-mínimo.

Assim, o que se percebe neste projeto é o aprofundamento do modelo econômico vigente que impede o pagamento da histórica e imensa dívida social, e que teve como conseqüências a concentração da riqueza, a reprodução das injustiças e o agravamento das desigualdades. Só a mudança da política econômica possibilitará o verdadeiro enfrentamento das injustiças e desigualdades sociais.

(*) Célia Vieira é economista e consultora do CFEMEA.

¹ CONGRESSO NACIONAL. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal. NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 05/2005 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE OS LIMITES DE RECEITA E DESPESA PREVISTOS NO PROJETO DE LDO PARA 2006 Núcleo de Assuntos Econômico-Fiscais e Grupo de Política Fiscal.

ANÁLISE DO ORÇAMENTO MULHER

O conjunto dos programas e ações selecionados no Orçamento Mulher, em 2004, apresentou uma execução orçamentária em nível próximo ao adequado. Dos R\$ 21,8 bilhões autorizados, foram executados R\$ 17,8 bilhões, atingindo quase 81,5%. No entanto, a análise detalhada mostra um comportamento bastante distinto dos programas. Dos 47 programas acompanhados (em 2004) 15 apresentaram nível de execução de até 49% e apenas 6 realizaram pagamentos de mais de 90% da dotação autorizada.

Deixaram de ser aplicados nos programas selecionados R\$ 4 bilhões. Enquanto isso, a meta de Superávit Primário estabelecida pela LDO para 2004 de cerca de R\$ 55,7 bilhões é superada, atingindo R\$ 61,3 bilhões, segundo o Banco Central do Brasil.

O comportamento observado nos primeiros meses de 2005 não apresenta novidades. O Superávit Primário no primeiro quadrimestre superou com folga a meta de R\$ 35,78 bilhões pretendida para o período, atingindo R\$ 44,012 bilhões. O Superávit alcançado em abril foi o mais elevado desde 1991. O reflexo imediato desta política é uma baixíssima execução orçamentária das políticas públicas. Até 13 de maio, 11 programas dos 49 selecionados (em 2005) não apresentavam nenhum empenho, sendo que 63,3% dos programas realizaram empenhos até 10%. Considerando as despesas pagas, nota-se que 40 programas realizaram até 10% das despesas autorizadas.

A previsão orçamentária dos programas selecionados no Orçamento Mulher para 2005 é de R\$ 25,9 bilhões, superior em quase 20% ao previsto em 2004. Foram empenhados R\$ 9,6 bilhões, representando 37% do total autorizado, sendo pagos R\$ 3,5 bilhões.

A justificativa oficial apresentada para esta baixa execução foi a realização de pagamentos de restos a pagar. Mas, não parece encontrar eco nos programas selecionados no Orçamento Mulher. Foram inscritos em restos a pagar quase R\$ 3 bilhões, sendo pagos até 13 de maio de 2005 apenas R\$ 628 milhões, ou seja, 21%.

A concentração maior de gastos, no segundo semestre, especialmente nos últimos meses do ano, tem sido um comportamento padrão da administração pública já há algum tempo. Tal prática afeta a qualidade dos gastos públicos, além de reduzir o grau de transparência da execução.



Ilustração: Keystone/LiquidLibrary

Orçamento Mulher - Execução Orçamentária 2004

Despesas Realizadas / Despesas Autorizadas	Número de Programas	%*	Acumulado
até 49%	15	31,9	
50% a 59%	4	8,5	40,4
60% a 69%	6	12,8	53,2
70% a 79%	6	12,8	66,0
80% a 89%	10	21,3	87,2
90% a mais	6	12,8	100,0
Total	47	100,0	

*Em relação ao total de programas

ORÇAMENTO MULHER EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATÉ 13 DE MAIO 2005

	Despesas Empenhadas/Despesas Autorizadas		
	Programas	%*	Acumulado
0%	11	22,4	
até 1%	5	10,2	32,7
+ de 1 a 10%	15	30,6	63,3
+10% a 20%	6	12,2	75,5
+20% a 50%	4	8,2	83,7
+50%	8	16,3	100,0
Total	49	100,0	

	Despesas Pagas/Despesas Autorizadas		
	Programas	%*	Acumulado
0%	15	30,6	
até 1%	16	32,7	63,3
+ de 1 a 10%	9	18,4	81,6
+10% a 20%	6	12,2	93,9
+20% a 50%	2	4,1	98,0
+50%	1	2,0	100,0
Total	49	100,0	

*Em relação ao total de programas

SAÚDE

A área de saúde é certamente uma das mais protegidas dos cancelamentos e contingenciamentos de recursos, em função do limite mínimo de gastos definido pela Emenda Constitucional nº. 29. Em 2004, o conjunto dos programas selecionados apresentou execução, considerando os restos a pagar pagos até 13 de maio de 2005, de cerca de 85% das despesas autorizadas, sendo liquidados 94%.

Em 2005, a previsão é de elevação de 11% dos recursos autorizados. Até 13 de maio, foram empenhados cerca de 45% da dotação, sendo pagos 17%.

O programa Atenção Básica em Saúde, principal programa em termos de volume de recursos, executou, em 2004, quase 93% da dotação autorizada. Segundo o Ministério, em apenas dois anos de governo o número de equipes do programa Saúde da Família foi ampliado em 33%, passando a 22.335 equipes e atendendo a mais de 77 milhões de brasileiro@s, o que corresponde a 43,47% da população. O número de agentes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs) foi ampliado em 12%, passando a 199.010 agentes, atendendo a 114,43 milhões de pessoas (64,56% d@s brasileiro@s). Além disso, foi aprovada a atualização anual da base populacional das cidades e ajustados os repasses financeiros de ambos os programas para todos os Estados do País.¹

A previsão para 2005 é de crescimento das dotações destinadas a este programa de cerca de 14% em relação ao verificado em 2004. Já foram empenhados 50% da dotação disponível, sendo pagos cerca de 22%.

O programa Atenção à Saúde da Mulher empenhou quase toda a dotação autorizada de R\$ 7,2 milhões, mas até o momento realizou pagamento de cerca de 81% dessas dotações. Dos valores liquidados, 42% foram transferidos ao exterior, 29% aplicados diretamente, 11% transferidos aos Estados e DF, 12% aos municípios e 6% transferidos a instituições privadas.

Cerca de R\$ 2 milhões foram aplicados na publicação de normas técnicas, cartilha, folderes, cartão da gestante, kit pré-natal, vídeo e cd-rom sobre temas relativos à saúde da mulher. Em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) foram aprovados 34 projetos, em 21 Estados, de apoio técnico/financeiro à formação de enfermeiras obstetras em cursos de especialização, no valor de R\$ 3 milhões. Além disso, foram aplicados recursos em estudos e pesquisa e convênios relativos à implantação de redes de atenção à mulher em situação de violência em 18 municípios, entre outras despesas.²

A dotação prevista para 2005 é de R\$ 7,5 milhões, significando uma pequena elevação de 4%, considerando a dotação prevista para 2004. Até o momento, o nível de execução é ainda muito baixo. Foram empenhados e pagos apenas R\$ 120 mil.

O Governo Federal estabeleceu como meta reduzir a mortalidade materna e neonatal em 15% até o final de 2006. Para isso, o Ministério da Saúde firmou o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e com diversas organizações da sociedade civil, sendo repassados, em 2004, recursos financeiros para 79 municípios com população superior a 100 mil habitantes.³

O Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN), com quatro anos de existência, foi revisto no sentido de fortalecer suas ações e metas, e prevê o repasse de R\$ 123 milhões por ano aos municípios que realizam esses procedimentos. Quase 780 municípios aderiram ao programa nos últimos dois anos, sendo registrados, até agosto/2004, cerca de 4.760 municípios integrados ao PHPN, o que representou um aumento importante da cobertura da atenção pré-natal no País. Segundo dados do Ministério, em 1995, o Brasil tinha uma média de 1,2 consulta por parto realizado no SUS. Em 2003, esse número subiu para 5,1 consultas. Mas, foram detectados problemas relacionados à qualidade no atendimento. É baixo o número de mulheres que consegue realizar toda a rotina básica de procedimentos previstos no Programa – mínimo de seis consultas de pré-natal, exames laboratoriais, imunização antitetânica e consultas de puerpério*.⁴

Em 2004, foram cadastradas 1,29 milhão de gestantes no Programa. Vale ainda destacar o Projeto de Capacitação de Parteiros Tradicionais e o reajuste diferenciado para valores pagos pelo SUS para parto normal (45%) e cesárea (19%).⁵

¹ www.saude.gov.br – Saúde, Brasil Especial – Dez 2004 Ed. nº 103.

² Sumário Executivo – Área Técnica de Saúde da Mulher – Exercício 2004.

³ www.saude.gov.br – Saúde, Brasil Especial – Dez 2004 Ed. nº 103.

⁴ www.saude.gov.br.

⁵ www.planejamento.gov.br/radarsocial.

*Período desde o parto até que o estado geral da mulher volte às condições anteriores à gestação.

DIREITOS HUMANOS

Dos R\$ 424 milhões destinados aos programas vinculados à área de direitos humanos, em 2004, foram liquidados 82%, mas pagos, até 13 de maio, cerca de 68,3%.

O programa Assistência Jurídica Integral e Gratuita apresentou o maior grau de execução, com pagamento de 93% da dotação autorizada. Em 2005, o Programa conta com elevação significativa de 157% em relação à dotação disponibilizada em 2004 (com aporte de R\$ 30,8 milhões). A defensoria tem realizado concursos para ampliação do número de defensores e aguarda encaminhamento de projeto de lei, criando 115 novos cargos.

O programa Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes realizou despesas no valor de R\$ 31,2 milhões em 2004, que representaram 82,5% das despesas autorizadas. A principal ação refere-se aos Serviços de Proteção Socioassistencial às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual, que responderam por R\$ 24,6 milhões das despesas pagas.

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos opera o Disque-Denúncia de Violência Sexual Infanto-Juvenil, serviço gratuito (0800 99 0500), de alcance nacional. Desde maio de 2003, foram recebidas 9.490 denúncias e todas foram encaminhadas, após análise, ao Ministério Público Estadual para averiguação. A SEDH, nos dois últimos anos, com recursos deste e de outros programas, atuou fortemente na capacitação de mais de cinco mil profissionais das redes de atendimento, prevenção, defesa e proteção à criança e ao adolescente no combate ao abuso, violência e exploração sexual infanto-juvenil, além de três mil conselheiros dos Conselhos de Direito, Tutelares, Anti-drogas, Saúde, Educação e Assistência Social. Foram capacitados, também, mais 25 mil caminhoneiros no combate a esses crimes por meio do "Programa Motorista Cidadão – em defesa dos direitos da criança e do adolescente", ampliando as ações do Governo Federal de combate às rotas de exploração sexual de crianças e adolescentes, que já tem a adesão de 65.530 caminhoneiros.

A SEDH em parceria com a UnB, UNICEF e a Comissão Intersetorial de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes realizou o levantamento da ocorrência desta prática, denominado Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, sendo que as informações obtidas subsidiarão a elaboração de políticas públicas para a superação do problema.

Para 2005, o programa pretende apoiar 1.202 projetos de prevenção e enfrentamento ao abuso, tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes e capacitar 100 participantes do Sistema de Garantia de Direitos no Combate ao Abuso, Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Para isso, o programa dispõe de quase R\$ 41 milhões, significando um aumento de 8,3%. Até 13 de maio, foram empenhados 29,2% da dotação autorizada, mas nenhum pagamento foi realizado.

O programa Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres sofreu contingenciamento de recursos, em 2004, de quase 34%, que não foram recompostos até o final do exercício. Com isso, a execução orçamentária ficou limitada aos recursos disponíveis. Dos R\$ 10,5 milhões autorizados, quase R\$ 3,3 milhões foram contingenciados, sendo realizadas despesas na ordem de R\$ 5,8 milhões. O programa envolve ações de apoio a serviços especializados no atendimento às mulheres em situações de violência e de capacitação de profissionais de instituições públicas com atuação nesta área.

Para 2005, a dotação inicial apresenta pequena redução, situando-se em R\$ 10,1 milhões. Até 13 de maio, foram empenhados R\$ 239 mil e pagos R\$ 48 mil. Em 30 de maio, foi encerrado o prazo da 2ª chamada de encaminhamentos de projetos a serem financiados. A SPM tem prazo máximo de 60 dias para se pronunciar sobre os projetos aprovados. Assim, espera-se que a partir de julho a execução deste programa possa deslançar. Segundo a SPM, o número de projetos apresentados tem crescido de forma substancial devido à ampla divulgação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Por isso, é preciso buscar a recomposição das dotações contingenciadas.

O programa Sistema Único de Segurança Pública realizou cerca de 66,7% da dotação autorizada. Com parte destes recursos o Governo Federal entregou, em 25 de novembro, Dia Internacional da Não-Violência contra as Mulheres, um conjunto de equipamentos a 50 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs).⁶ Até final de 2006, outras 100 DEAMs serão reaparelhadas.

Quanto à Política de Garantia de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente, foram capacitados cinco mil profissionais das redes de atendimento, prevenção, defesa e proteção nos Estados e municípios.⁷

⁶ Um veículo (Parati quatro portas com rádio, sirene e cela), uma central fixa de rádio, uma central telefônica, dois aparelhos para escuta de rádio, pistolas 40 PT940, algemas, coletes balísticos, computadores conectados à internet, impressoras, faxes, televisões, vídeos, minigravadores, máquinas fotográficas, munição para armas e bebedouros refrigerados. (www.spm.gov.br).

⁷ www.planejamento.gov.br/radarsocial.

PROTEÇÃO SOCIAL

O conjunto dos programas selecionados na área de Proteção Social apresentou grau adequado de realização de despesas em 2004, com 96% das despesas autorizadas. Dos R\$ 6,2 bilhões autorizados, foram pagos R\$ 6,0 bilhões. Para 2005, a previsão de gastos é de R\$ 7,0 bilhões, significando um acréscimo de 12,5%.

O programa Transferência de Renda com Condiionalidades – Bolsa Família, é o principal, e disciplinado por legislação específica (Lei 10.836/04), que unificou todos os benefícios sociais (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás) do Governo Federal. O programa atende atualmente a 6.562.155 famílias. A dotação autorizada era de R\$ 5,9 bilhões sendo pagos R\$ 5,7 bilhões, ou seja, 97,3%. Para 2005 a previsão é de incremento na dotação de 14%, passando a R\$ 6,7 bilhões. Até 13 de maio, foram pagos R\$ 1,6 bilhões. Em termos de volume de recursos este também é o principal programa entre os selecionados no Orçamento Mulher.

Os demais programas, não protegidos do contingenciamento, apresentaram grau de realização de despesas variáveis. Destaque para o programa Proteção Social ao Adulto em Situação de Vulnerabilidade que realizou pagamentos de apenas 13,2%. Aliás, este programa foi extinto na revisão do PPA 2004-2007, sendo seu público-alvo atendido especialmente no programa Sistema Único de Assistência Social. Este programa apresentava um público-alvo bastante específico: moradores de rua, migrantes, dependentes do uso e vítimas da exploração comercial de drogas e mulheres vítimas de maus-tratos e pobreza. Já o novo programa Sistema Único de Assistência Social tem a família como unidade de atenção.

O programa Atendimento Integral à Família passou a ser denominado Sistema Único de Assistência Social com a revisão do PPA. Sua principal ação se refere ao funcionamento dos Núcleos de Atendimento Integral à Família.

“O Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) é um serviço continuado de proteção social básica (Decreto nº 5.085, de 19 de maio de 2004), desenvolvido nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), mais conhecidos como “Casas da Família”. Esses Centros são espaços físicos localizados estrategicamente em áreas de pobreza. O CRAS presta atendimento sócio-assistencial, articula os serviços disponíveis em cada localidade, potencializando a rede de proteção social básica.”⁸

O PAIF está sendo desenvolvido em 901 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), instalados em 650 municípios, que, em 2004, atenderam 250 mil famílias com serviços de apoio sócio-assistenciais.⁹

Em 2004, foram liquidadas despesas na ordem de R\$ 80,3 milhões, sendo pagos, até 13 de maio, R\$ 55,3 bilhões. Para 2005, a previsão é de R\$ 139,9 milhões, sendo empenhados, até 13 de maio, 20% deste valor e pagos 3,8%.

As ações selecionadas no programa Proteção Social à Pessoa Idosa apresentaram dotação autorizada de R\$52 milhões em 2004, sendo realizadas despesas no valor de R\$ 39,2 milhões. Para 2005, a previsão é de cerca de R\$ 54 milhões, sendo empenhados 31,1% e pagos 7,3% da dotação autorizada, até 13 de maio. O programa prevê o apoio a Estados e municípios na promoção de atividades físicas, laborativas, recreativas e culturais. Em 2004 foram atendidos 335,9 mil pessoas idosas, em 2.289 municípios.¹⁰

EDUCAÇÃO E CULTURA

O programa 1.060 foi ampliado na revisão do PPA, no sentido de garantir a continuidade do processo educacional de jovens e adultos, passando a ser denominado Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos.

Em 2004, realizou a quase totalidade da dotação autorizada. Em 2005, com a ampliação dos seus objetivos, os recursos foram ampliados em 220%, passando de R\$ 198 milhões para cerca de R\$ 635 milhões. Até 13 de maio, foram empenhados apenas 0,2% e pagos 0,1% da dotação autorizada. Em 2004, o programa atendeu 1,9 milhão de alunos, em mais de quatro mil municípios.

Foram incluídos dois novos programas na revisão do PPA:

- Educação para a Diversidade e Cidadania, que tem por objetivo combater as desigualdades étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar. É dirigido a toda a comunidade escolar. A previsão orçamentária para 2005 é de R\$ 66,7 milhões, mas, até 13 de maio, não houve realização de empenhos ou pagamentos.
- Identidade e Diversidade Cultural, que tem por objetivo “Garantir que os grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade tenham acesso aos mecanismos de apoio, promoção e intercâmbio cultural entre as regiões e grupos culturais brasileiros, considerando características identitárias por gênero, orientação sexual, grupos etários, étnicos e da cultura popular.” Os recursos alocados neste programa são muito limitados para o objetivo que se propõe, apenas R\$ 4,9 milhões. Além disso, o grau de execução está muito baixo, pois foram empenhados 2,1%, sendo pagos 0,8%.

⁸ www.assistenciasocial.gov.br.

⁹ www.planejamento.gov.br/radarsocial.

¹⁰ www.planejamento.gov.br/radarsocial.

GESTÃO

Foram selecionados cinco programas na área de gestão com dotação autorizada, em 2004, de R\$ 55,1 milhões. Deste total, foram pagos 80,8%, inclusive com restos a pagar pagos. Para 2005, a previsão orçamentária é de R\$ 69,8 milhões, ou seja, um acréscimo de quase 27%.

O programa Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas dispunha de dotação autorizada, em 2004, de R\$ 4,8 milhões. Deste total, foram contingenciados R\$ 854 mil, que não foram recompostos até o final do exercício. Do saldo foram pagos R\$ 3,7 milhões. A principal ação foi a Promoção de Eventos de Políticas para as Mulheres, onde se destaca a realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que contou com ampla mobilização em todo o País, envolvendo mais de 120 mil mulheres. Este programa financiou ainda ações relativas a apoio a Conselhos e Organismos de Promoção dos Direitos das Mulheres, estudos e pesquisas e implantação de sistema de informação sobre a situação das mulheres.

Para 2005, a previsão de recursos é da ordem de R\$ 5,2 milhões. Até 13 de maio, foram empenhados R\$ 90,3 mil e pagos R\$ 76,5 mil. Além das ações já desenvolvidas em 2004, estão previstas ações que visam à capacitação de servidores públicos e de agentes públicos e de formação de educadores nas questões de gênero, ações estratégicas para garantir a efetiva incorporação da transversalidade de gênero e raça nas políticas públicas. Destaque, também, para as ações relativas à implantação do Sistema Nacional de Indicadores de Gênero e de elaboração e aperfeiçoamento de indicadores, fundamental para o acompanhamento da execução das políticas de enfrentamento às desigualdades de gênero e raça.

No programa Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial, não foram selecionadas as ações relativas aos servidores públicos e seus dependentes. As demais ações totalizaram, em 2004, R\$ 15,5 milhões, sendo pagos, até 13 de maio, R\$ 12 milhões. São ações na área de capacitação de gestores públicos e agentes sociais para atuar na promoção da igualdade racial, e iniciativas para a capacitação de lideranças quilombolas em projetos de economia solidária e no acompanhamento de políticas públicas voltadas às comunidades, entre outras.

Para 2005, estão previstos R\$ 12,5 milhões, sendo empenhados 12,3% e pagos 7,1% desta dotação. Vale lembrar que nos dias 30 de junho e 1 e 2 de julho foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

No programa Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário, são selecionadas algumas ações. Destaque para a ação Promoção de Igualdade de Raça, Gênero e Etnia no Desenvolvimento Rural que, em 2004, dispunha de dotação de R\$ 1 milhão, sendo realizada em sua quase totalidade. Para 2005, a previsão de recursos é a mesma, sendo que, até 13 de maio, foram empenhados R\$ 160 mil e pagos R\$ 8,1 mil.

TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Foram selecionados 17 programas na área de trabalho, emprego e renda. Este grupo apresentou dotação expressiva de R\$ 5,8 bilhões em 2004, realizando despesas de cerca de R\$ 4,4 bilhões, considerando os pagamentos realizados, até 13 de maio. Para 2005, a previsão é R\$ 7,9 bilhões, significando um incremento de 36%. Já foram empenhados quase 50% e pagos 5,6% da dotação autorizada.

Destaque para o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), principal neste grupo, considerando a dotação autorizada de R\$ 3,0 bilhões, em 2004, e R\$ 3,6 bilhões, em 2005. O Ministério do Desenvolvimento Agrário tem realizado uma série de eventos divulgando, em todo o País, o PRONAF para as mulheres, cujo valor no Plano Safra 2004/2005 é de R\$ 110 milhões. Neste ano agrícola, cerca de 20% das solicitações de emissão do Documento de Aptidão ao PRONAF (DAP) – que permite a liberação do crédito – foram feitas por mulheres.¹¹

“Em 1999, apenas 9% das mulheres do total de agricultores familiares participavam do PRONAF. Comparando com a safra 2001/2003, o número de contratos fechados por mulheres atualmente é três vezes maior. Nós passamos de 121 mil para 322 mil contratos na safra 2004/2005”.¹²

O programa Primeiro Emprego, que apresentou execução bastante limitada em 2004, atingindo apenas 30,2% da dotação autorizada, gerou 36.881 postos de trabalho, além de qualificar para o mercado formal e para o empreendedorismo 54.512 jovens. Em 2005, dispõe de dotação de R\$ 140,7 milhões, sendo empenhados, até 13 de maio, R\$ 18,7 milhões.

O programa Economia Solidária, em 2004, realizou despesas de apenas R\$ 21,6 milhões, que representaram 36,4% da dotação autorizada. Como resultado foram mantidos ou criados mais de 3.000 postos de trabalho para trabalhadores organizados coletivamente, por meio de apoio às ações emergenciais. Foram apoiados 917 empreendimentos com ações de fomento à constituição e/ou fortalecimento, além da realização de feiras em todo o País. Para 2005, a dotação autorizada sofreu redução de R\$ 2 milhões, passando de R\$ 59,4 em 2004 para R\$ 57,4 em 2005. O nível de execução, até 13 de maio, ainda é insignificante, não atingindo sequer 1% de recursos empenhados.

O programa Qualificação Social e Profissional, em 2004, realizou despesas no valor de R\$ 77,3 milhões, qualificando 142,3 mil pessoas, sendo que 61% eram mulheres, 52% jovens (16-24 anos), 60% possuía até ensino médio incompleto e 62% eram não-brancos. Para 2005, apresenta um crescimento de 22% em sua dotação, passando a R\$ 131,3 milhões. Mas sua execução até o momento é mínima, sendo empenhados apenas 0,2% da dotação autorizada.

¹¹ www.mda.gov.br.

¹² “Governo quer ampliar participação feminina no desenvolvimento rural” – Rosamélia de Abreu, Repórter da Agência Brasil.

PREVIDÊNCIA

Foram selecionados os programas Educação Previdenciária e as ações relativas ao pagamento de salário-maternidade para as áreas rural e urbana no programa Previdência Social Básica. O Educação Previdenciária explicita a inclusão previdenciária das trabalhadoras domésticas. A taxa de cobertura, em 2001, dessas trabalhadoras era de apenas 27,3%.

¹³ Existe há cinco anos e conta com cerca de 2,5 mil educadores previdenciários distribuídos em todo o País.

Programas que promovem alteração no cotidiano das mulheres

O programa Habitação de Interesse Social dispunha, em 2004, de R\$ 608 milhões para garantir a moradia aos segmentos populacionais de baixa renda, executou cerca de 43,3% do seu orçamento (R\$ 263 milhões). No biênio 2003/04, o programa beneficiou 65.898 famílias.¹⁴ Seu orçamento foi ampliado para R\$ 659 milhões em 2005, mas o nível de empenho é de apenas 0,6% do autorizado.

Os recursos repassados pelo Orçamento da União para realização de despesas com os programas de Saneamento Rural e Saneamento Ambiental Urbano, foram muito abaixo da dotação autorizada em 2004, significando apenas 25,6% e 16,1% respectivamente. 32.328 famílias foram beneficiadas por meio de implantação de sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos (lixo); 4.676 famílias foram atendidas com obras de implantação e melhoria de drenagem e manejo ambiental; 228.936 famílias foram beneficiadas com obras no sistema de abastecimento de água e 58.842 famílias foram atendidas com obras no sistema de esgotamento sanitário.¹⁵

O programa Proteção Social à Criança, ao Adolescente e à Juventude, tem como ação principal o repasse aos Estados de recursos para Serviço de Proteção Sócio-assistencial à Criança e ao Adolescente. Em 2004, dispunha de R\$ 272 milhões, tendo realizado R\$ 247,5 milhões. Para 2005, a previsão orçamentária desta ação é de R\$ 270 milhões, sendo empenhados R\$ 127,5 milhões e pagos R\$ 32 milhões.

¹³ As Mulheres na Reforma da Previdência: O desafio da Inclusão Social CFMEA, FES/ILDES 2003, pp 67.

¹⁴¹⁵ www.planejamento.gov.br/radarsocial.

UM ELO COM AS ONGS FEMINISTAS NAS CAPITAIS

Com colaboração de Ligia Mendonça Cardieri¹, Verônica Ferreira²

Algumas experiências nos âmbitos locais e estaduais estão acontecendo em termos de monitoramento do orçamento público.

Apesar de serem os primeiros passos, está claro para todas as organizações participantes do projeto que é possível e necessário olhar e entender uma proposta orçamentária e um balancete detalhados de gastos públicos.

As mulheres estão percebendo que não basta reivindicar e propor políticas ao poder público – temos que fiscalizar os milhares ou milhões de reais que tão arduamente lutamos para alocar no SUS ou em outros órgãos do governo, para que não sejam cancelados ou desviados para cobrir outras despesas.

Grupo Transas do Corpo – Goiânia (GO)

Com o estudo dos instrumentos básicos de planejamento e orçamento públicos, utilizando planilhas e outros documentos da Prefeitura e Secretaria Municipal de Saúde (SMS), foi definido que a organização iria buscar os valores financeiros ou em espécie, que eram repassados pelo Ministério da Saúde à SMS para o Programa de Planejamento Familiar, tomando como principal o ano de 2005, tentando comparar com 2004 e a previsão para 2006. Mais tarde, definiram os principais componentes cujos gastos seriam rastreados: material pedagógico e informativo, aquisição de métodos reversíveis; gastos com cirurgias de esterilização tubária e vasectomia; capacitação das equipes de saúde para trabalhar com o programa.

SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia – Recife (PE)

"As mulheres e o Orçamento Participativo: estudo sobre a experiência do Recife na gestão 2001-2004" é o título da pesquisa desenvolvida pela ONG. Em Recife, que conta com uma histórica trajetória de organização das mulheres, é significativa a participação feminina nos espaços do Orçamento Participativo, porém faltam estudos sobre os sentidos dessa participação, sobre seu concreto impacto no cotidiano e na vida destes sujeitos, no orçamento municipal e na implementação de políticas para as mulheres. É justamente a análise destes aspectos que constituem o objetivo da pesquisa, que deverá ser divulgada em debate público no mês de outubro deste ano.

Cunhã Coletivo Feminista – João Pessoa (PB)

O Cunhã começou a discutir alguns passos necessários para acompanhar o tema escolhido para o monitoramento, que foi o atendimento às mulheres vítimas de violência sexual. Foram selecionados alguns pontos para serem acompanhados: investimentos e custeio dos serviços hospitalares para as vítimas; insumos para prevenção de Hepatite B, HIV e gravidez decorrentes de estupro; capacitação de recursos humanos e material de divulgação.

Coletivo Leila Diniz – Natal (RN)

O tema escolhido pelo Coletivo foi a questão da violência doméstica, com os seguintes componentes já identificados anteriormente: atividades de prevenção, serviços especializados como Casa abrigo e Centro de Referência, capacitação de profissionais, assistência jurídica e Delegacias da Mulher. Foram pesquisadas muitas planilhas do orçamento estadual, ficou evidente que seria preciso fazer um recorte nesse grande painel. Pela maior facilidade de acesso aos dados, decidiram acompanhar as duas Delegacias existentes em Natal e mantidas com recursos do Estado, além de ajuda federal

¹ Consultora no projeto Orçamento Mulher do CFEMEA.

² Educadora do SOS Corpo.

SIM, EU APÓIO

Continuamos recebendo as contribuições d@s amig@s que estão colaborando financeiramente com o Jornal Fêmea. Gostaríamos de agradecer a cada uma dessas pessoas. Se você também quiser nos apoiar, preencha o formulário abaixo e nos envie por Correio ou Fax: (61) 3224-1791.

DADOS PESSOAIS

Nome: _____ E-mail: _____ Sexo: Feminino Masculino
Endereço: _____ Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____
CEP: _____ Telefone: _____ Ocupação: _____ Data de nascimento: ____ / ____ / ____

FORMA DE CONTRIBUIÇÃO

Vou contribuir com parcela: única mensal semestral anual outra: _____

Vou contribuir com: R\$ 10,00 R\$20,00 R\$ 50,00 100,00 outro valor: _____

() Autorizo débito automático em minha conta corrente:

Banco do Brasil Banco Itaú Agência: _____ Conta: _____ Dia para débito: _____

() Depósito em Conta Corrente

Em nome do: CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Banco do Brasil • Agência: 2883-5 • Conta-corrente: 15640-X ou Banco Itaú • Agência: 0522 • Conta-corrente: 65433-4



Superávit Primário e a dívida social brasileira

O Fórum Brasil do Orçamento (FBO) lançou a terceira edição de seus Cadernos de Discussão, o tema é a política de Superávit Primário adotada pelo governo brasileiro. No caderno é possível compreender em que consiste essa política e no que ela implica no atraso do enfrentamento das desigualdades sociais do País.

“O Superávit Primário é um mecanismo contábil que se tornou prioritário na política econômica oficial, ao destinar parcela considerável dos recursos orçamentários para o pagamento dos juros da dívida, na tentativa de fazer o País “parecer mais confiável” do ponto de vista dos credores, principalmente internacionais.

Em contrapartida, esse mecanismo tem aumentado a dívida social, fazendo o Brasil poupar o que não pode, e arrecadando cada vez mais de forma extremamente injusta, onerando excessivamente os trabalhadores e consumidores, ao mesmo tempo em que concede isenções e todo tipo de favores ao grande capital.

No Caderno, são explicadas a origem desta política, seu contexto histórico e motivações, pois assim se torna mais fácil compreender questões como: para onde está indo o dinheiro dos nossos impostos? Como o governo gasta o

que arrecada? Por que faltam recursos para projetos que possam reduzir desigualdades em áreas sociais? O FBO quer contribuir para ampliar esta discussão, divulgando informações, aumentando e qualificando a participação popular na definição e no acompanhamento da política econômica do País.

Para o ano de 2005, a previsão é que cerca de R\$ 82 bilhões sejam repassados, pela União, Estados e Municípios, para o Superávit Primário. No entanto, os juros decorrentes do endividamento serão muito maiores que R\$ 82 bilhões, obrigando o governo a tomar novos empréstimos. Enquanto isso, a dívida social só aumenta, juntamente com a recessão, o desemprego e a má qualidade dos serviços públicos essenciais. E forma-se o círculo vicioso que sustenta a desigualdade: o país que mantém o Superávit Primário na esperança de atrair capitais e crescer, fica impossibilitado de investir em áreas essenciais para que haja crescimento econômico, com tão grande ajuste fiscal. Menos crescimento, mais dependência, mais endividamento e, com este, mais recomendações neoliberais de ajuste fiscal”.

O caderno pode ser acessado pelo endereço eletrônico: www.forumfbo.org.br